

TRABALHO, FAMÍLIA E POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO CAMPO DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

ARLENE RICOLDI¹

RESUMO

O artigo examina a formação e consolidação dos estudos de gênero nas Ciências Sociais no Brasil entre o final do século XX e início do XXI, destacando a influência de temas como trabalho, família e política. Analisa a trajetória de grupos de pesquisa na ANPOCS, a produção acadêmica em pós-graduação (1988-2007) e a transição de estudos sobre “a mulher” para abordagens interseccionais de gênero. Destaca a institucionalização do campo por meio de núcleos universitários, concursos da Fundação Carlos Chagas e eventos como o “Fazendo Gênero”. O texto também explora a fragmentação temática em GTs da ANPOCS, refletindo disputas teóricas e a transversalidade do gênero em diversas áreas. Conclui que, apesar da pulverização, questões como desigualdade no trabalho e família permanecem centrais, com desafios contemporâneos ligados a raça, colonialidade levantados pela literatura pós e decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Mulheres, Campo científico, Feminismo.

ABSTRACT

The article examines the formation and consolidation of gender studies in the Social Sciences in Brazil between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, highlighting the influence of themes such as work, family and politics. It analyzes the trajectory of research groups at ANPOCS, academic production in postgraduate studies (1988-2007) and the transition from studies on “women” to intersectional approaches to gender. It highlights the institutionalization of the field through university centers, competitions by the Carlos Chagas Foundation and events such as “Fazendo Gênero». The text also explores the thematic fragmentation in ANPOCS WGs, reflecting theoretical disputes and the transversality of gender in several areas. It concludes that, despite the fragmentation, issues such as inequality in work and family remain central, with contemporary challenges linked to race and coloniality raised by post and decolonial literature.

KEYWORDS: Gender, Women, Scientific field, Feminism.

¹ UFABC.

Apresentação

O trabalho se a examinar as relações entre as temáticas de Trabalho, Família e Política e o fortalecimento dos Estudos de Gênero nas Ciências Sociais, a partir da organização de pesquisadoras e estudiosas em Grupos de Trabalho na ANPOCS/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, sua principal associação nacional de pesquisa e pós-graduação², bem como cotejando com pesquisa bibliográfica de monografias de pós-graduação, entre períodos de 1988 e 2007.

Existentes desde os primeiros anos da associação, os estudos sobre a Mulher, depois migrados para Estudos de Gênero e suas aproximações com outras áreas, como estudos de Sexualidades (desdobrados depois em LGBT's³) tem assento importante no desenvolvimento desses estudos no Brasil.

Os Grupos de Trabalho Mulher na Força de Trabalho, Mulher e Política e Família e Sociedade foram pioneiros suas trajetórias, bem como a de suas integrantes convergem em um dado momento, reconhecendo o solo comum de suas pesquisas. Tendo em vista tratar-se de uma Associação de pesquisa e pós-graduação, cotejamos os dados com pesquisa que realizamos no final da década de 2000, a qual possuía, como um de seus objetivos, tentar justamente delimitar um possível campo de estudos de gênero, que, naquele momento, não ousava dizer seu nome ou denominar-se a si mesmo como “campo”. Certamente, a noção de campo científico, elaborada por Bourdieu (1976), requer autonomia e robustez. Gostaria de defender, neste texto, que o crescimento e a amplitude que os Estudos de Gênero ganham entre o final do século XX e o início do XXI, se não o formam, dão condições para o que hoje pode ser chamado de “campo de estudos de gênero”. Esse campo, embora tenha estendido seus ramos para os Estudos de Relações Raciais, os estudos de classe e desigualdades, marcadores sociais da diferença, etc, podemos dizer que suas fronteiras são visíveis e bem definidas⁴. O artigo buscará, no seu desenrolar, identificar os alguns elementos do campo científico, como o define Bourdieu (1976): Autonomia relativa, autoridade, habitus e capital científicos, disputa por legitimidade e reconhecimento por pares, defesa do status quo, veículos de consagração, como instituições e revista científicas, e, naturalmente, como seu campo está socialmente situado e atravessado por relações de poder.

Para isso, o texto divide-se em três partes: um preâmbulo sobre o surgimento dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo no Brasil, no qual são elencados personagens,

2 A Anpocs congrega as áreas de Ciência Política/Relações Internacionais, Sociologia e Antropologia, assim como tem abertura a estudos transdisciplinares, que podem tangenciar áreas como Demografia, Educação, História, Urbanismo, Comunicação, entre outras.

3 Adotaremos aqui a nomenclatura abreviada, como era corrente nos anos examinados neste trabalho.

4 Um conceito desenvolvido como aliança entre essas noções foi interseccionalidade (CRENSHAW, XXXX, COLLINS, XXXX), a partir da reflexão original de intelectuais negras, como Angela Davis (mulher, raça, classe) e Lelia Gonzalez.

instituições, grupos e lugares que foram cruciais na formação do campo; na segunda parte, serão apresentados alguns dados sobre a produção da pós-graduação sobre mulheres, gênero e feminismos entre os anos de 1988 e 2007, que podem iluminar o trajeto de segmentação, aproximação e posterior fragmentação e transversalização da temática para diversos campos do conhecimento; e, por fim, um breve histórico dos grupos, como as temáticas de Trabalho, Família e Política acabam por convergir na década de 2000 na criação de um “GT de Gênero”, e seu diferencial em relação a outros GTs, que abordam, por exemplo, corpo e sexualidade que se reflete na organização de Grupos de Trabalho na ANPOCS. Ao final, pretende-se amarrar os diversos fios traçados, mostrando como a disseminação de uma abordagem de gênero e da consolidação de certos axiomas dos estudos de gênero, como a construção social e histórica do gênero e a necessidade de se combater a desigualdade produzida pela “organização social da diferença sexual” (SCOTT, 1993?) demonstram sua força e autonomia.

Surgimento dos “estudos sobre mulheres”: introdução aos estudos de gênero no Brasil

Embora a obra pioneira para os estudos sobre a(s) mulher(es)⁵ e gênero no Brasil tenha sido publicado em pouco antes dos anos 1970 (SAFFIOTI, 1969), esta é a década na qual seus trabalhos inaugurais são escritos e publicados, ficando a década de 1980 como aquela na qual a temática se estabeleceu, no Brasil. Entre esses marcos iniciais, predominam temas como trabalho feminino, *A Mulher na Sociedade de Classes*, de Saffioti (1969), *Trabalho Doméstico*, de Blay (1978) e *Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil* (MADEIRA, SINGER, 1975). Dos três, os dois primeiros são obras que resultaram de teses de doutoramento, defendidas respectivamente em 1967 e 1972, apontando, desde o seu início, a importância da pós-graduação para esses estudos. Em 1972, a SBPC incluiu na programação de seu encontro anual estudos sobre a mulher, com destaque para a questão do trabalho (BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002).

Num contexto de retorno de exiladas, opositoras do regime militar (1964-85), que haviam sido expostas ao pensamento feminista (tanto dos EUA quanto na França), algumas delas tornadas pesquisadoras e acadêmicas na sua volta, bem como a efervescência política de grupos feministas que se formavam em território nacional, adubavam o solo para florescimento de estudos e pesquisas sobre “a mulher”. De meados de 1970 a 1980, os estudos passam do “limbo ao gueto” (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985), isto é, de uma produção pontual e esparsa, a uma maior consistência e regularidade, -- no entanto,

⁵ Tanto no Brasil, como nos Estados Unidos surgem os estudos sobre “a Mulher” tomando a categoria como homogênea e não problemática. Para uma discussão que esclarece alguns pontos dessa questão, v. Nicholson (2000).

autorreferente. Não por acaso, esse também é o período da chamada Década da Mulher da ONU (1975-1985), que foi um marco e importante impulso a estudos e debates sobre a questão da mulher. Alvarez (1990) aponta que, no fechamento político do regime militar em plena década de 1970, discutir estudos e pesquisas sobre a mulher era frequentemente desconsiderado como subversivo, motivo pelo qual essa área teve relativa tranquilidade em estabelecer debates públicos no seu início.

A partir da década de 1980 há alguma institucionalização, com a criação de Núcleos de estudos em grandes universidades⁶ e conquista de espaços acadêmicos. A denominação gênero para esses estudos ainda não havia alcançado a dimensão de hoje, a influência era os Women's Studies, os quais iriam, posteriormente, se transformar em Gender Studies (LAVINAS, CASTRO, 1992).

A consolidação dessa área, a partir dos anos 1990, se dá com o aumento de núcleos de estudo especializados na maioria das universidades brasileiras, dos trabalhos de pós-graduação, da criação de alguns programas de pós-graduação e linhas de pesquisa e um número razoável de revistas acadêmicas especializadas.

Durante a década de 1990, impulsionados também pela tradução de textos-chave que viriam a ser amplamente utilizados⁷, a categoria gênero se estabelece vigorosamente, unindo temáticas relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres, construção social da diferença sexual, sexualidades, entre outras.

Outro locus importante de germinação dos estudos de mulheres e gênero é, inegavelmente, os Concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. Se havia um contexto interno que favorecia o interesse por esse tipo de tema, a concessão de bolsas para realização de pesquisas foi o impulso necessário para crescimento extraordinário que os estudos sobre a mulher e gênero experimentaram a partir da década de 1990. Foram 8 concursos ao longo de 20 anos, durante os quais os 170 projetos aprovados contavam com assessoria e monitoramento. Não se tratava apenas da concessão de bolsas, mas da criação de um ambiente de discussão e permanente avaliação do andamento dos trabalhos. Muitas de suas bolsistas (a maioria, mulheres) ocuparam (algumas ainda ocupam) posições

6 Até 1985, há registros da criação de 7 núcleos universitários com importantes lideranças acadêmicas a frente do processo: o NEM/ Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC-RIO, Fanny Tabak, 1980); Nedim / Núcleo de Estudos e Informação sobre a Mulher (UFC, Zaira Ary, 1981); Neim / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UFBA, Ana Alice Costa, 1983); Núcleo Mulher / Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (UFRGS, Maria Noemi Castilhos Brito, 1984), Nepem / Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, (UFMG, Glaura Vasques de Miranda, 1984); NEG/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (UFSC, Miriam Grossi, 1984); Nemge / Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (USP, Eva Alterman Blay, 1985), (COSTA, BLAY, 1992).

7 Dois textos de Joan Scott se tornaram extremamente influentes, Gênero como categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1990) e Prefácio a Gender and Politics of History (SCOTT, 1994). O primeiro também foi traduzido por feministas ligadas ao SOS Corpo de Recife (Maria Betânia Avila e Christine Rufino Dabat), e republicado em 1995 pela mesma Educação & Realidade, revisado.

importantes na academia brasileira e na produção dos estudos de gênero por décadas⁸. A Fundação Carlos Chagas, dotada de um grupo de respeitado núcleo de estudos sobre a Mulher e, posteriormente, de gênero⁹.

Consolidação dos estudos de gênero - Produção acadêmica dos anos 1990 e 2000

O campo de estudos de gênero tem natureza interdisciplinar, tendo em vista que seus trabalhos, embora possam ser identificados com as disciplinas de formação das pesquisadoras, dialogam entre si por meio desse um jargão comum, estabelecido por trabalhos referências e conceitos-chave. Nesse período, não era possível ainda delimitar um campo de estudos, no entanto, era perceptível o vigor que esses estudos e pesquisas vinham experimentando. Desde 1994, realiza-se o Encontro Fazendo Gênero, em Santa Catarina, pelo consistente grupo de pesquisadoras que lá estabelecido havia se estabelecido¹⁰. Desde então, 13 edições foram organizadas, e a submissão de trabalhos, sempre crescente. Atualmente, em número de trabalhos apresentados em GTs, o Fazendo Gênero vem atingindo um enorme público: a décima edição contou com cerca de 8 mil inscritos (BENETTI, 2017). A sua última edição, em 2024, contou com cerca de 3.500 trabalhos inscritos. Também é esse núcleo que edita a Revista Estudos Feministas, um dos primeiros periódicos que se propõe a congregar esses estudos, criada com apoio da Fundação Ford (DINIZ, FOLTRAN, 2004).

Poucos trabalhos, entretanto, tiveram condição de analisar a produção de gênero de forma mais abrangente. Em pesquisa realizada no início dos anos 2010, recortou-se o período de 1988 a 2007¹¹, e coletou-se teses e dissertações contidas no Banco de teses da Capes que versassem sobre a temática, segundo alguns critérios, a seguir discriminados. A escolha se deu pelo fato de que esse banco de dados abrange todas as áreas do conhecimento, tratando-se de fonte única sobre a produção acadêmica. Infelizmente, já no final da pesquisa, o banco na sua primeira forma sai do ar. A instabilidade do banco no período final da pesquisa fez com que os esforços no sentido de estender a pesquisa fossem paralisados.

Depois de um trabalho exploratório com diversas buscas na base Capes, optamos por uma 8 Podemos citar alguns nomes que receberam dotações: Miriam Moreira Leite, Branca Moreira Alves, Marília Pinto de Carvalho, Claudia Vianna, Liliana Segnini, Maria Helena Bueno Trigo, Maria Izilda Santos de Matos, Susana Borneo Funck, Adriana Piscitelli, Paola Cappelin, Heleieth Saffioti, Vera Ferrante, Guacira Lopes Louro, entre outras. Consultar as diversas coletâneas publicadas com os trabalhos dos concursos elencadas na coletânea de encerramento dos concursos, organizada por Cristina Bruschini e Sandra Unbehaum, 2002.

9 O núcleo de pesquisadoras foi fundado por Carmem Barros e composto por nomes influentes durante a década de 1980 e 1990: Cristina Bruschini, Albertina da Costa Duarte, Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos. Cynthia Sarti e Maria Lygia Quartim de Moraes foram pesquisadoras-visitantes (BRUSCHINI, UNBEHAUM, 2002)

10 Fundado como NEG em 1984, atualmente transformou-se posteriormente Instituto (IEG/Instituto de Estudos de Gênero).

11 A ideia era prosseguir na tradição de levantamentos bibliográficos da Fundação Carlos Chagas. O último realizado para a área de estudos em questão estendido sua pesquisa até o ano de 1987, daí a escolha de iniciar em 1988. O ano final levava em consideração a efeméride de 20 anos, aproximando-se ao máximo do ano de início da coleta de dados, 2011.

busca centrada em três termos: “Mulher”, “Gênero”, “Feminismo”, no campo “Assunto”. No entanto, mais uma vez em razão da pesquisa exploratória com o Banco, percebemos que o campo “assunto” englobava os campos título, linha de pesquisa¹² e resumo.

Os critérios utilizados para seleção dos trabalhos, com base na leitura dos registros completos presentes no Banco e captados através da busca pelos três termos escolhidos foram os seguintes:

- 1) Aqueles que se realizassem explicitamente sob uma “perspectiva de gênero”; isto é, invocando a categoria para examinar a construção social do gênero e/ou da organização social da ordem sexual;
- 2) Trabalhos que se propusessem a investigar as mulheres, ou a “condição feminina”, a “feminilidade”, a “questão da mulher”, os “papéis sexuais” de homens e mulheres, etc. Esses trabalhos devem, de alguma maneira, fazer referência, ou assumir como pressuposto a desnaturalização da posição das mulheres e homens, ainda que com diferentes fundamentações teóricas ou que não mencionem explicitamente gênero¹³.
- 3) Todos os trabalhos que, invocando o uso da categoria gênero, tinham o objetivo de entender uma “organização social da diferença sexual”, mesmo que não sejam só sobre mulheres. Trabalhos sobre masculinidades¹⁴, por exemplo, foram coletados.
- 4) Todos os trabalhos sobre feminismos, desde de literatura feminista à movimentos feministas, utilizando ou não a categoria gênero¹⁵.
- 5) Todos os trabalhos de natureza biográfica sobre mulheres “notáveis”, que se destacaram justamente por trajetórias que escapavam dos lugares tradicionalmente reservados às mulheres.

No período analisado (1988-2007), segundo os critérios anteriormente enumerados, foram coletados 5.550 trabalhos, dos quais 4.366 (78,7%) são dissertações de mestrado e 1.184 (21,3%) teses de doutorado. O número de dissertações, muito superior ao de teses, reflete a produção mesma da pós-graduação no Brasil.

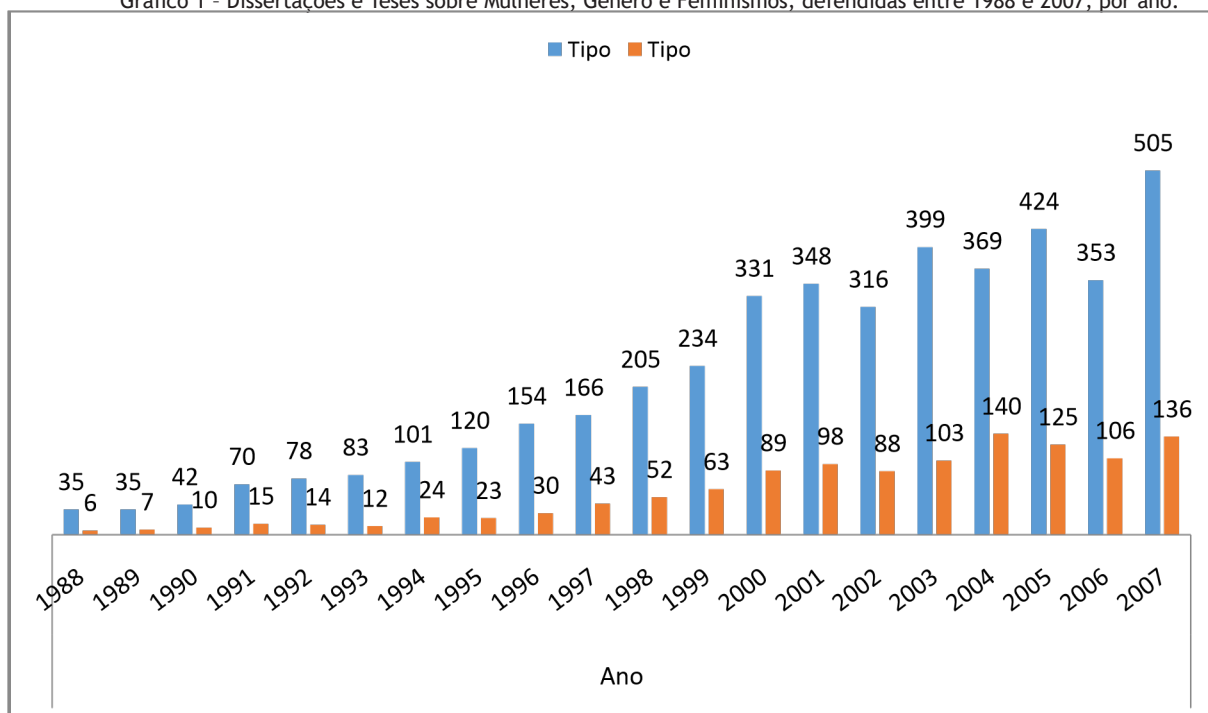
12 Este foi um dos campos não coletados, devido à fluidez que estas definições costumam ter nos programas de pós-graduação.

13 Este tipo de trabalho é especialmente mais numeroso nos primeiros anos coletados, mas não deixa de existir até os dias de hoje. Sabe-se que ainda há resistência em alguns círculos feministas sobre a categoria gênero. Uma dessas críticas pode ser encontrada, por exemplo, em Saffioti (2004).

14 Fazer um levantamento sobre masculinidades anteriores à utilização massiva de gênero requer outra estratégia de pesquisa e todo um esforço nesse sentido, que desviaria os objetivos desta. Chegamos a explorar o banco nesse sentido, e há inúmeros trabalhos sobre sexualidade, homossexualidade e masculinidades no final da década de 1980 que não utilizavam gênero e que mereceriam uma pesquisa à parte. No entanto, nossa hipótese é que, no decorrer dos anos, boa parte deles irá se juntar ao campo de estudos de gênero. Para levantamento específico ver Citeli, (2005).

15 São relativamente poucos os trabalhos que utilizam o termo “feminismo/feminista”, sejam em seu título, resumo ou palavra-chave. A explicação possível é a resistência ao feminismo na academia, aliada ao restrito campo de resumo dos trabalhos e às inconsistências do banco, principalmente nos primeiros anos (indexação inconsistente, erros de digitação, etc).

Gráfico 1 - Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, por ano.



Não se pode deixar de notar que a produção dos estudos da área sofre influência da própria expansão da pós-graduação. A predominância de mestrados é um reflexo disso, já que estes são geralmente muito mais numerosos dos que as teses de doutorado, embora a distância diminua ao longo da década. Enquanto em 1988, a proporção é quase de 6 mestrados para 1 doutorado, em 2007, a relação é de 3,5 para 1. É de se notar, no entanto, um forte crescimento a partir da década de 1990. Há de se notar, no entanto, alguns saltos importantes, do ano de 1990 para 1991, especialmente mestrados e de 1993 para 1994, para doutorados; bem como de 1999 para 2000. Se não é possível elaborar explicações mais embasadas sobre o crescimento dos trabalhos na temática, no mínimo, é possível afirmar sua expansão crescente, acompanhando o crescimento da pós-graduação.

Tabela 1 - Distribuição de Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, nas primeiras 20 Instituições de Ensino Superior do universo pesquisado

IES	Tipo		Total
	Dissertação	Tese	
USP	347	259	606
PUC-SP	317	127	444

UFRJ	313	129	442
UFSC	241	41	282
UNICAMP	175	97	272
UFRGS	164	58	222
UnB	158	46	204
UFBA	162	36	198
UFMG	155	43	198
UFPE	162	28	190
UNESP	131	52	183
PUC-RS	143	35	178
UFPB	138	5	143
UERJ	113	21	134
PUC-RJ	100	26	126
FIOCRUZ	73	34	107
UFF	82	17	99
UFC	75	18	93
UGF	76	9	85
UMESP	67	16	83
Total	3192	1097	4289

Outra perspectiva também corrobora que a produção reflete o próprio sistema de pós-graduação: são as maiores universidades, e os maiores centros de pós-graduação que concentram o maior número de trabalhos. As vinte primeiras instituições de ensino superior concentram quase 80% dos trabalhos pesquisados. Os mais de mil trabalhos restantes estão desigualmente distribuídos por 120 IES diferentes.

As principais áreas são das Ciências Sociais e Humanas, entretanto, é possível notar uma enorme dispersão entre áreas, inclusive, com algumas inusitadas, tais como Odontologia e Veterinária

Tabela 2 - Distribuição de Dissertações e Teses sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, defendidas entre 1988 e 2007, por área e proporção relativa ao total.

Área	
Psicologia	
Educação	
Letras e Linguística	
Sociologia	
História	

Enfermagem			
Saúde Coletiva			
Serviço Social			
Antropologia	-----		
Ciências Sociais Aplicadas			
Direito			
Teologia			
Interdisciplinar			
Medicina			
Administração, C. Contábeis, Turismo			
Educação Física			
Economia			
Planejamento Urbano e Regional / Demografia			
Artes / Música			
Ciência Política e Relações Internacionais			
Geografia			
Sexologia			
Ciências Agrárias			
Ensino de Ciências e Matemática			
Engenharia			
Filosofia			
Arquitetura e Urbanismo			
Odontologia			
Ciências Biológicas			
Ecologia e Meio Ambiente			
Matemática / Probabilidade e Estatística			
Interdisciplinar Mulheres, Gênero e Feminismo			
Não Identificada			
Ciência da Computação			
Geociências			
Veterinária			
Total	4366	1184	5550

Reflexos da produção de gênero nos GTs da ANPOCS

No final da década de 1970, como mencionado na primeira parte do trabalho, o movimento feminista brasileiro florescia, tendo como um marco o Ano Internacional da Mulher. A

criação dos três grupos de trabalho pioneiros remonta às origens da Anpocs, logo após sua fundação. Em 1978, foram criados os GTs “A mulher na Força de Trabalho” e “Família e Sociedade”. Pouco depois, no início da década seguinte, surgiu o GT Mulher e Política¹⁶. Este último e o GT Mulher na Força de Trabalho surgem no bojo das mobilizações políticas e no crescimento do interesse na temática. Suas temáticas refletem as principais preocupações da agenda política - maior participação na esfera pública, seja via trabalho remunerado, seja pela participação política.

O GT sobre a Mulher na Força de Trabalho representa a importância desse tema pioneiro na academia brasileira e irá enfocar questões como a divisão sexual, o conceito de trabalho, sua reformulação para incorporação do trabalho realizado pelas mulheres, visibilização e quantificação (LAVINAS, CASTRO, 1992). Teve entre suas fundadoras a socióloga Heleieth Saffioti (BANDEIRA, 2006).

O GT Mulher e Política foi criado por Fanny Tabak, que também iria criar o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (PUC-RJ) em 1980. Na perspectiva da então recente abertura política, as questões do GT “centravam-se, sobretudo, na participação e representação política das mulheres nas esferas de poder, uma vez que a volta ao processo democrático era iminente em meados dos anos 1980. ” (BANDEIRA, 2014)

O GT Família e Sociedade também teve contribuição digna de nota à temática de gênero. Suas preocupações iniciais remetiam a uma perspectiva tradicional dos estudos de família (FUKUI, 1980), área clássica na sociologia. Entre seus fundadores, Reginaldo Prandi, Heraldo Souto Maior, Parry Scott, mas também, Eva Blay, uma das pioneiras dos estudos sobre a Mulher no Brasil (SCOTT, 2006, p. 304). Segundo Parry Scott, o grupo foi paulatinamente incorporando Gênero na sua denominação, com diversas pesquisadoras que se dedicaram a temática como organizadoras (tais como Cristina Bruschini, Maria Lygia Quartim de Moraes e Elizabeth Bilac), implicando em mudanças na sua orientação (SCOTT, 2006, p. 304-305)¹⁷.

O grupo Família e Sociedade, bem como o de Mulher na Força de Trabalho estiveram entre os primeiros GTs da Associação. Este último acompanhou a transição dos estudos sobre a Mulher para estudos de gênero, que ocorre não só no Brasil. Segundo Bandeira há uma negociação de dois anos, que incluíam diálogos com as fundadoras dos GT de Mulher na Força de Trabalho e Mulher e Política para formar primeiramente o ST¹⁸ A Transversalidade

16 O ano de criação é controverso: enquanto Scavone (2011) afirma que este foi criado no mesmo ano de , Bandeira (2012), que foi coordenadora do GT, afirma que este foi criado em 1982 pela Profa. Fanny Tabak. Melo (2013), por sua vez, aponta o ano de 1980 como o de sua fundação. O Livro de Nomes da ANPOCS tem uma primeira referência em 1981.

17 Conforme o depoimento de Parry Scott, o grupo foi fundado por um grupo heterogêneo no início dos anos 1980 (Heraldo Souto Maior, Reginaldo Prandi, Eva Blay e o próprio Parry Scott, entre outros), e, ao mesmo tempo que incorpora a questão de gênero, traz nomes identificados com o feminismo acadêmico para coordenar suas diferentes edições, tais como Mariza Corrêa, Maria Lygia Quartim de Moraes e Cristina Bruschini (SCOTT, 2006, p. 304).

18 ST, ou Seminário Temático, é a forma temporária assumida por um GT - Grupo de Trabalho. Periodicamente, são propostos novos GTs que perduram por cerca de 3 anos. Na reformulação de novos GTs, em um Encontro Anual os GTs assumem primeiramente a forma de STs, com duração de 1 ano. Se os coordenadores assim o quiserem, podem propor

do Gênero nas Ciências Sociais em 1990, coordenado por Lena Lavinas e Lourdes Bandeira. (BANDEIRA, 2006, p. 231; ANAIS..., 1990). Assim, constitui-se o GT, já em 1991 denominado Relações Sociais de Gênero, congregando as principais preocupações teóricas e políticas da década anterior, seja, o avanço das mulheres no mercado de trabalho (considerado o instrumento de sua autonomia e perseguição da equidade), as atribuições familiares que influenciavam e também obstavam o seu avanço¹⁹, e a participação política, como conquista do poder e do caminho para uma maior igualdade.

Interessante notar que o nome escolhido para o GT era uma conciliação teórica encontrada, à época, para as duas grandes influências dos estudos feministas, isto é, a teoria anglófona do Gender (associada principalmente à Joan Scott) e as Relações Sociais de Sexo das pesquisadoras francesas, associada especialmente a Danièle Kergoat, com um papel de importante de Helena Hirata como elo entre Brasil e França.

O GT Relações de Gênero permanece ativo até 1996. Um novo GT, com semelhanças de perfil com o grupo anterior, é criado em 2005 com a denominação Estudos de Gênero na Contemporaneidade, coordenado por Lucila Scavone, Maria Lygia Quartim de Moraes e Luzinete Minella. Nesse GT, além de trabalho, família e participação política, estudos sobre sexualidade e violência também eram discutidos. Lucila Scavone, em trabalho para o 35º Encontro da ANPOCS, avalia que naquele momento, havia “uma pulverização da questão gênero em diferentes grupos temáticos e, também, uma maior especialização de temas correlatos: sexualidade, corpo, entre outros. (SCAVONE, 2011).

Em outra vertente dos estudos de gênero, em 2001, havia sido criado o ST Sexualidade, reprodução, parentesco: novas questões, novos desafios? Leituras a partir dos estudos de gênero, coordenado por Adriana Piscitelli e Miriam Grossi, sem continuidade como GT. Em 2004, há o ST Corpo, Sexualidade e Identidade, coordenado por Sergio Carrara, Maria Filomena Gregori e Julio Simões, que prossegue como o GT Sexualidade, Corpo e Gênero no ano seguinte. Ainda que aparentados pelo campo de gênero, este último vinha da linhagem dos estudos sobre sexualidades, que incluíam primordialmente a problemática LGBT e suas vivências, cujo interesse vinha crescendo naquele momento, e prossegue na atualidade com vigor, alimentado por novas questões.

Em 2007, o GT Gênero na Contemporaneidade teve uma proposta de continuidade no ST Estudos de Gênero - Teoria e Pesquisa, porém, que não subsiste na edição seguinte. A temática da Sexualidade continuou organizada no ST Sexualidade e ciências sociais: desafios teóricos, metodológicos e políticos²⁰. Outro GT que tem relação com a temática

novamente a temática para o novo ciclo, que durará 3 anos sob a denominação de GT

¹⁹ Ainda que o GT de Família não tenha participado de sua criação, a temática da conciliação trabalho e família é inseparável dos estudos sobre trabalho da mulher, levando esse a discussões sobre família.

²⁰ As diferentes reedições do grupo são: 2008 e 2009 - GT Sexualidade, corpo e gênero; 2010 - ST Sexualidade, gênero: ética e política; 2011 e 2012 - GT Sexualidade e gênero: sociabilidade, erotismo e política; 2013 - ST Sexualidade e

de gênero é “Corpo, biotecnologia e subjetividade”²¹, que vinha lidando com questões de corpo, saúde e gênero, o qual também se manteve até o ano de 2013 em diversas reedições.

Uma breve experiência na temática de Gênero e movimentos sociais ocorreu no biênio 2011/2012 (Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia), quando a temática de movimentos sociais, de forma geral, ainda não tinha sido chacoalhada pelas denominadas por muitos como “Jornadas de Junho”, em 2013 (SINGER, 2013). O GT não teve uma continuidade na ANPOCS.

Em 2014, é aprovado o ST “Família e trabalho: desafios da conciliação no contexto de desigualdades”. Apesar de não possuir o termo gênero em seu título, traz um segmento de estudos da área de gênero no Brasil que possui tradição e estudos já clássicos, uma experiência que reuniu papers sobre trabalho e carreiras profissionais, conciliação, afazeres domésticos, emprego doméstico e políticas públicas de apoio às famílias em duas sessões. A temática é novamente aprovada no biênio seguinte pelas coordenadoras (Felicja Picanço e Jurema Brites), sob a denominação “Família e Trabalho: configurações, gerações e articulações em contexto de desigualdades”, agora na forma de GT. O escopo dos trabalhos se amplia, abrangendo, além das temáticas anteriores, trabalhos sobre care²² e programas sociais de apoio as famílias, não diretamente para auxiliar a conciliação, mas na complementação da renda (BolsaFamília), bem como configurações familiares e questões geracionais. A temática do Trabalho e Família, sob uma ótica de gênero, vem se impondo a mais de três décadas, e vem se repondo como desafios das políticas públicas, assim como das famílias e da sociedade, no sentido de absorver suas transformações e preparar-se para mudanças futuras.

Atualmente, portanto, é possível encontrar abordagens “de gênero”, ainda que coadjuvantes, em diversos estudos, nas diferentes áreas da Sociologia, Antropologia e da Ciência Política e, igualmente, nos diversos GTs da ANPOCS nos quais é possível fazer essa relação ou abordagem. É verdade que muitos deles se acabam por se restringir a análises quantitativas da variável sexo, ou por se utilizar de parte da literatura de gênero para justificar ou iluminar partes de seus trabalhos nos quais a temática é inegavelmente importante. Ainda assim, é possível, hoje, encontrar “análises sob a perspectiva de gênero” nos mais diversos grupos de trabalho nos Encontros Anuais da Anpocs, nas questões pertinentes a desigualdades sociais, militâncias, política, cuidado, emoções, trabalho,

gênero: regimes de regulação e processos de subjetivação; 2014 e 2015 - GT Sexualidade e gênero: sujeitos, práticas, regulações.

21 Pode-se constatar a continuidade da temática do GT nas seguintes reedições: 2008 e 2009 - GT Corpo, biotecnologia e subjetividade; 2010 - ST Corpo, saúde e emoção; 2011 e 2012 - GT Saúde, emoção e moral; 2013 - ST Vitimização: políticas de moralidade e gramáticas emocionais. Esse GT e suas reedições estão muito ligados ao trabalho da pesquisadora Cynthia Sarti.

22 Sobre care, v. Hirata e Guimarães (2012).

violência etc.

Considerações Finais

Pudemos acompanhar a constituição de um campo de estudos na confluência de mulheres, gênero e feminismos, que possui um contexto político, histórico e acadêmico próprio. Na chamada segunda onda feminista, a principal preocupação com o trabalho das mulheres e, em tempos de transição democrática, com sua participação política. Porém, os estudos ainda eram incipientes e autorreferentes até a década de 1990. A partir desta, ocorre a disseminação da categoria gênero, bem como um aumento substantivo dos estudos da área, tanto nos centros mais especializados, como uma transversalização extraordinária da temática nas mais variadas instituições e áreas do conhecimento. Essa dinâmica irá se refletir, na confluência dos GTs pioneiros da ANPOCS de “Relações de Gênero” que pudesse abarcar diversas temáticas na área. Como pudemos ver, há, na década de 1990, um crescimento da produção de teses e dissertações. Na década de 2000, outro aumento importante, e a retomada dos GTs na ANPOCS, ainda que de forma não permanente. Um GT de Gênero, amplo, não subsistiu, e as tentativas mais recentes fazem recortes mais específicos, como movimentos sociais e família. A área que compreende e entrelaça os temas do trabalho, família e gênero parece não perder sua vitalidade, no Brasil e no mundo, pela sua centralidade da explicação de diversas das desigualdades de gênero. Estes temas permanecem centrais para a temática de gênero, e um nó na vida das mulheres que trabalham. Não é possível prever novos direcionamentos da temática, abarcando outros aspectos importantes do campo de estudos, porém, discutir as desigualdades de gênero no mundo do trabalho e da família permanece um problema atual e fundamental para a sociedade.

Nichos e temáticas se estabelecem, disputas entre grupos por legitimidade e pela predominância deste ou daquele paradigma. Se uma abordagem por vezes denominada “pós-estruturalista”, na trilha da inspiração foucaultiana, começa a se difundir nos anos 1990 e permaneceu a tônica dos anos 2000, vemos ganhar força críticas que retornam a explicações marxistas, remodeladas por raça e colonialidade, que o mix poderoso da literatura pós, e após, a decolonial, vem interrogar. Apesar disso, diversas abordagens perduram, debatem e convivem durante todos esses anos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brasil :women'smovements in transitionpolitics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

ANAIS do 14º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 22 a 26 de outubro, 1990.

BANDEIRA, Lourdes. Entrevista a Rozeli Porto e AnalbaBrazão Teixeira. In: GROSSI, Miriam Pillar. In: MINELLA, Luzinete Simões. PORTO, Rozeli. *Depoimentos :trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2006, p. 290-309.

_____. Texto elaborado pela Sra. Lourdes Bandeira, secretária-executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), para cerimônia de abertura do 36º Encontro Anual da ANPOCS, em 21 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia (SP). Águas de Lindóia. *Jornal Iaras* (Belém-PA), n. 19, nov.-dez/2014. Disp. em http://www.jornaliaras.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110:op_iniao-lourdes-bandeira&catid=8:edicao-6-setembro--outubro&Itemid=5. Acesso em 14mar. 2017.

BENETTI, Estela. Florianópolis receberá eventos internacionais sobre questões de gênero no próximo mês. *Diário Catarinense*, 19/07/2017. Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2017/07/florianopolisrecebera-eventos-internacionais-sobre-questoes-de-genero-no-proximo-mes9845695.html>. Acesso 20 set 2017.

BRITES, Jurema. PIKANÇO, Felicia. O emprego doméstico em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. *Anais...*, ANPOCS, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. RICOLDI, Arlene. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 2009, p. v. 39, n. 136, pp. 93-123.

_____. _____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. v. 20, n. 1, pp. 259-287, 2012.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. RICOLDI, Arlene. MERCADO, Cristiano. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: PITANGUY, Jacqueline. BARSTED, Leila. *O progresso das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, p. 142-166, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação

Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo, Editora 34: Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 19-58.

CITELI, Maria Teresa. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002). Rio de Janeiro, Cepesc, 2005.

COSTA, Albertina. BARROSO, Carmen. SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a Mulher no Brasil - do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa (São Paulo), n. 54, pp. 5-15, ago./1985.

COSTA, Albertina. BLAY, Eva (orgs.). Gênero e Universidade. São Paulo, Nemge-USP, 1992.

DINIZ, Débora. FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil uma análise da Revista Estudos Feministas. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 99, set.-dez./2004, p. 245-253,

FUKUI, Lia. Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil. Boletim Informativo Bibliográficos das Ciências Sociais - BIB, n. 10, 1980, pp. 13-23.

GAMA, Andrea Sousa. O conflito entre trabalho remunerado das mães e cuidado das crianças pequenas - reflexões sobre o papel da política de educação infantil no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., Caxambu. Anais..., ANPOCS, 2014.

GUEDES, Graciele Pereira. Carência de serviços públicos de cuidados aos idosos no Brasil: um inibidor da participação feminina no mercado de trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. Anais..., ANPOCS, 2013.

HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya. As várias faces do trabalho do care. São Paulo, Atlas, 2012.

LAVINAS, Lena. CASTRO, Mary. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina. BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216-251.

MELO, Hildete Pereira. A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 605-615, mai.-ago./2013.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Rev. Estudos Feministas, n. 2, v. 8, 2000, p.

PERRIN, Fernanda. CRESCE DIFERENÇA de jornada de trabalho entre homens e mulheres. Folha de S. Paulo, 26/02/2017.

RICOLDI, Arlene. A noção de articulação entre família e trabalho e políticas de apoio. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 42, fev.-2010, pp. 37-43.

_____. Afazeres domésticos: concepções de homens e mulheres de famílias urbanas de baixa renda sobre a divisão de tarefas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia. Anais..., ANPOCS, 2013.

SCAVONE, Lucila. Ciência e Militância: os estudos de gênero no Brasil. Anais do XXXV Encontro Anual da ANPOCS, 2011. Caxambu, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990.

SCOTT, Russel Parry. Entrevista a Karla Galvão Adrião. In: GROSSI, Miriam Pillar. MINELLA, Luzinete Simões. PORTO, Rozeli. Depoimentos :trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis, Editora Mulheres, 2006, p. 290-309.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos Cebrap, n. 97, nov.-2013, p. 23-40.

TELES, Maria Amelia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1993.